Fórum Municipal de Educação
FMESP
Cidade de São Paulo

ATA da Reunião Ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo de 03/03/2026

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, deu-se início a reunião ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, às dezoito horas e trinta minutos, regimentalmente, em segunda chamada, sendo coordenada por Maciel Nascimento, representando Débora Greice, Coordenadora do FMESP, com justificativa de intervenção cirúrgica que requer repouso. Solicita a todos que tomem seus lugares à mesa central e convida Fátima Antônio do Setorial de Educação do PT a compor a mesa da coordenação juntamente com Maria Vilani. Informa que a reunião está sendo transmitida pela página do Youtube da Câmara Municipal. Inicia apresentando a seguinte pauta da reunião: a) **Leitura e aprovação da pauta,** b) Aprovação da ata de fevereiro de 2026; c) Justificativas de ausência; d) Ciclo de Debates, um acompanhamento das propostas estabelecidas no PL2614, fazendo uma aproximação com a realidade de São Paulo, a partir da conferência 2023 e questões novas que surgiram após. O ciclo de debates se propõe a debater na noite de hoje a) acesso, trajetória e conclusão do ensino fundamental e ensino fundamental; b) aprendizagem no ensino fundamental e no ensino médio; c) educação integral em tempo integral; e d) conectividade e educação para as tecnologias e cidadania. Antes, porém, é importante fazer um apontamento, pois ainda não efetivamos a leitura do Eixo 3 do PNE que é Alfabetização, portanto proponho que iniciemos por ele. Ainda na pauta, a questão dos informes gerais e outros assuntos, se houver. Então, pergunto se tudo bem essa pauta ou se alguém gostaria de incluir algum novo item na pauta para o debate. Os que concordam permaneçam como estão. **Pauta aprovada**. OK. Sobre a aprovação da ata anterior, informa que foi elaborada em 02 modelos (Íntegra e Síntese) e propõe a aprovação, mas garantindo que até a próxima reunião as entidades possam encaminhar (por e-mail) suas sugestões de alteração, justificado inclusive, pelo bloqueio temporário efetivado pelo gmail para envio dos e-mails. **ATA aprovada**. Seguimos para as justificativas de ausências: Érica – CENPEC; Débora Grace – CRECE Central; Cristiane Maria - Movimento Negro Unificado; Lúcia; Bonfim, Marcela, Neusa – APROFFIB; Raquel – Sinpeem; Miriam do FEMEIS e Igor da DRE Guaianazes que se despede do Fórum. Pede para quem esteja vindo pela primeira vez se apresente. **Adelina Messura – APASE** - Nesse fórum é a primeira vez que estou vindo, sou professora e supervisora aposentada e suplente da diretoria da APASE, que é o sindicato dos supervisores do estado, fiz carreira na prefeitura também e sempre lutei e continuarei lutando pela educação pública de qualidade. Espero poder colaborar com vocês. **Maciel** – Antes de adentrarmos o próximo ponto da pauta, acho importante lembrar que lemos o Comunicado 01, que lista a entidades que atualizaram suas representações e por e-mail enviamos o Comunicado 02, com a atualização da lista e algumas entidades o fizeram após a publicação do último Comunicado e acho importante agradecer e citá-las: CENPEC, DRE PENHA, Conselho Regional de Psicologia, a Brigada pela Vida de São Paulo e também a Educafro Brasil. Espero que as entidades sigam fazendo sua inclusão nas Câmaras Temáticas do PNE porque nosso próximo passo é tentar fechar os grupos para aprofundarem os debates em cada um dos temas escolhidos, abrindo link diferenciado para participação individual de pessoas que não compõem as entidades membro do Fórum. Importante informar que a Comissão das 4 Instâncias já tem data de reunião

agendada e a primeira decisão será a forma de desenvolver o PME na Rede, conforme Portaria de organização, que será no próximo dia 20. DRE Santo Amaro – Pergunta se está confirmada a resposta ao link. Maciel informa que sim. DRE Butantã - Eixo 6 e 3, educação integral em tempo integral e alfabetização; DRE JT, Participação Social e Gestão Democrática e Conectividade; DRE Penha, educação integral em tempo integral e acesso, trajetória e conclusão do ensino fundamental e médio; DRE Pirituba - educação integral em tempo integral e conectividade e a DRE Santo Amaro, acesso trajetória e conclusão ensino fundamental e médio e financiamento e infraestrutura da educação. Sobre a pauta principal a nossa metodologia tem sido a seguinte: leitura do eixo, o objetivo, a meta e as estratégias. Na sequência, a Lucimeire apresenta um pouco o que nós conseguimos consubstanciar a partir das deliberações da Conferência municipal de educação, também com a atualização que o Conselho Municipal de Educação já fez desde a conferência de 2023 até os dias atuais. Anotem o que chamar a atenção e abrimos o debate ao final. Lembrar que estamos trabalhando com o texto original do PL 2614 e sem abordar as possíveis alterações na Câmara dos Deputados e ainda não sabemos como será a tramitação no Senado. Vamos lá: **Eixo III - Alfabetização**. O objetivo desse item no PNE é assegurar a alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental a todas as crianças em todas as Modalidades educacionais com redução de desigualdades e inclusão. Meta 3A, assegurar que no mínimo 80% das crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental até o 5º ano de vigência do PNE e que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental até o final do decênio. A meta três é reduzir as desigualdades nos resultados da alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental entre grupos sociais definidos por raça, sexo, nível socioeconômico e região, de modo que até o final da vigência deste PNE, a razão dos resultados entre os grupos seja igual ou superior a 90%. Em relação à estratégias: 3.1 Estabelecer em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mecanismo de governança federativa e pactuação de parâmetros e metas de alfabetização para todas as crianças, consideradas as diversidades territoriais, de raça, de nível socioeconômico e as especificidades das modalidades de ensino. 3.2, Dois, estruturar os processos pedagógicos de alfabetização em articulação com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, que envolvam noções relativas a diferentes campos de conhecimento e que ofereçam apoio pedagógico específico, incluídas práticas de co-docência e de mentoria, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. 3.3. apoiar a alfabetização de crianças quilombolas, indígenas do campo das águas e das florestas e com deficiência com [música] a produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem as identidades e as especificidades destas populações. Revisar em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. a base Nacional Comum Curricular BNCC, conforme ato expedido pelo Conselho Nacional de Educação, com a finalidade de aperfeiçoar os currículos estaduais e municipais do ensino fundamental, considerados as especificidades dos estudantes e dos territórios e os resultados de avaliação e monitoramento da implementação dos currículos. 3.5 Fomentar políticas de valorização para profissionais do magistério em exercício na alfabetização, com vistas a reconhecer o trabalho do professor alfabetizador e o bom desempenho em sala de aula. 3.6 Promover políticas de formação inicial continuada e de desenvolvimento profissional dos professores da alfabetização, com vistas ao aperfeiçoamento permanente das

práticas pedagógicas e com focam em experiências efetivas para atuar em turmas heterogêneas, inclusivas e em contextos territoriais, sociais, socioambientais e culturais. diversificados. 3.7 Aprimorar e tornar-se censitários os instrumentos de avaliação da alfabetização, congregando esforços dos sistemas de avaliação da educação básica, SAEB, e dos sistemas de avaliação desenvolvidos pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, inclusive para turmas multisseriadas, consideradas as especificidades da educação especial e da educação bilíngue de surdos. 3.8 Divulgar no mínimo bienalmente [música] os resultados de aprendizagem e os indicadores educacionais referentes ao segundo ano do ensino fundamental de escolas e Redes Públicas de Educação Básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. assegurada a contextualização com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico, raça, sexo e região. 3.9 Fomentar avaliações diagnósticas e formativas nas unidades educacionais e nos sistemas de ensino, com o objetivo de definir estratégias para o processo de alfabetização e recomposição das aprendizagens dos estudantes. 3.10 10. Aprimorar os processos de avaliação e a apropriação dos resultados educacionais pelas escolas, considerados os níveis alcançados por diferentes grupos sociais, com vistas à redução das desigualdades existentes e ao apoio ao planejamento e à gestão. 3.11. Promover em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, PNL, iniciativas escolares estruturadas de formação de leitores no ensino fundamental. 3.12, fortalecer a capacidade técnica e administrativa das secretarias de educação para promover o apoio pedagógico e de gestão às escolas. Antes de abrir o debate, a Lucimeire nos traz alguns olhares sobre o tema e peço que vocês se inscrevam na sequência. **Lucimeire, CME** - Boa noite. Esse objetivo, bem como as metas e o conjunto de estratégias, vai requerer muita atenção da nossa parte porque o nosso plano anterior não tinha uma meta específica de alfabetização. Falamos nos relatórios dentro do tema da educação de jovens e adultos sendo que da alfabetização das crianças pequenas não foi falado muito porque essa discussão foi diluída na meta três, que era fomentar a qualidade na educação básica. Então, como juntou tudo ficamos sem uma discussão aprofundada da alfabetização no ensino fundamental. Então, esse é um primeiro ponto de atenção quem se colocou no eixo de alfabetização, que é uma meta nova que a vamos ter que construir para fazer constar do plano. E porque no município foi assim: Na elaboração do plano nacional, o anterior, já tinha uma meta de alfabetização ao final do terceiro ano. E agora tem essa mudança para o final do segundo ano, por conta do compromisso nacional criança alfabetizada que trouxe na escala SAEB para dizer o que que é uma criança alfabetizada. Não é só uma criança que se apropriou do sistema de escrita, mas é uma criança que consegue lidar com inferências, com localização de informações, com uso dos gêneros da esfera cotidiana, enfim, se compôs o que que é uma criança alfabetizada. E agora o Plano Nacional traz essa discussão já colocando no segundo ano, recuperando e trazendo esses elementos do compromisso nacional criança alfabetizada que vem do compromisso nacional. E tem a questão do pacto federativo aí dessa do sistema de colaboração entre a União, estado e município. Então são coisas que já vivemos hoje na política de alfabetização do município, mas que se a gente olhar o nosso relatório aqui e olhar as metas, nós não temos números, portanto, vamos ter que organizar isso para colocar no texto base de discussão do novo plano da conferência deste ano e da discussão do novo plano. Então, precisamos de um grupo bom que vai discutir a alfabetização para que construa uma coisa interessante, o que vai retirar da proposta do plano nacional para que realmente elaborar o tema. O

que temos de indicações que ficaram dos nossos dados em que a secretaria e o conselho vêm trabalhando, não tem seguido a linha de base de 2016 pois não precisava falar de dados de alfabetização. Por isso, reafirmo a seriedade em construir este processo para compor o novo plano, caso sigamos o plano nacional, porque na linha de base dentro da meta três, a gente tinha que falar de IDEB, taxa de aprovação, reprovação e abandono, distorção e idade série e a prova mais Educação São Paulo e a Prova São Paulo, as que existiram nos diferentes tempos. Então, temos algo construído, porém, dentro da política de alfabetização do município, mas não no campo do plano municipal vigente. E na linha de base também não se pedia para acompanhar porque não ficou como foco do município. No nosso relatório, aparece 19 vezes a questão da alfabetização, mas 11 são da EJA, sendo que as demais citações falam do ensino fundamental, e os indicadores da política de crianças alfabéticas e não de crianças alfabetizadas. E temos números desse alcance de crianças alfabetizadas e alfabéticas. Então, ainda tem bastante coisa para estar dentro desse parâmetro do alfabetizada. Isso aparece. Depois vai aparecer algumas pequenas demandas. uma da própria estratégia do plano nacional, que é a do plano municipal, que é garantir a alfabetização adequada às crianças do campo, indígenas, quilombola, que já está no nosso no plano, na lei. E nas nossas sugestões, a vamos dizer desse cuidado de fomentar ações formativas que falem da alfabetização das crianças na perspectiva da educação especial. Então isso tem como demanda e que talvez a gente não tenha visto tão forte aqui no Plano Nacional, dizendo que se a criança não conseguir estar alfabetizada ao final do segundo ano, que tem que garantir recuperação paralela e contínua por todo o terceiro ano, isso são sugestões que apareceram no nosso, e que os estudantes do ciclo de alfabetização eles consigam participar das atividades complementares, assim como interdisciplinar e autoral participam, porque aqui ficou registrado que nem sempre os estudantes do ciclo de alfabetização são incluídos nos projetos e sempre parece que é dado uma prioridade para o interdisciplinar e o autoral. Aqui ficou como proposta que a gente faça isso. Depois apareceu a questão de garantir estagiários para todas as turmas do ciclo de alfabetização. Depois volta a história dessa preocupação em não garantir a alfabetização que se tem a recuperação contínua e na sequência segue para EJA. Então não foram tantas contribuições, normalmente porque ela não era um foco ali e da meta de fomentar a educação básica explicitamente. Abertas as inscrições: **Maciel, Sindsep** - Na verdade, só para trazer algumas questões que chamam a atenção nesse processo. Eu tenho a impressão de que temos muita conversa boa a ser construída, em especial, quando a verificamos, por exemplo, que a questão da alfabetização da criança pequena vem sendo amplamente debatida no MEC, em especial pelas fundações e institutos, mas eu não vejo essa vocação presente, nas metas e estratégias propostas no novo PNE. Não entendo por que forçar a barra por promover a escrita e a leitura na educação infantil com tanta agilidade. A gente percebe que o plano não caminhou nessa linha. Então, acho que é interessante a gente pensar que se não estabelecemos essa necessidade na conferência, por outro lado enfatizamos a importância do brincar, focado no desenvolvimento cognitivo na educação infantil, acho que é importante pensar no nosso plano municipal com esse viés, com essa garantia dos brinquedos e brincadeiras. Achei interessante a questão de propor a revisão da BNCC. Eu não trabalharia nem só a questão da revisão, mas da revogação, de repensar um currículo nacional que respeitasse a especificidade de cada território, que respeitasse as diferenças, e não algumas questões, como estão colocadas da BNCC, que a gente vai o tempo todo,

enquanto ela existir, dizer que a gente não concorda, né? Então, a proposta de revisar a partir do campo da alfabetização é algo interessante para que possamos nos apropriar também. **Luci Guidio, FPEI** - Gente, boa noite. Eu queria fazer algumas considerações. Acho que a leitura da Luciene foi fiel ao que aconteceu. Sobretudo no eixo três, a gente debateu muito e eu acho que tem que constar, que são as infâncias paulistanas. Eu acho que está subentendido, muito genérico quando fala de infâncias quilombolas do campo, das florestas, porque se formos no centro de São Paulo, essas infâncias estão lá. Elas não estão só nos quilombos ou a beira dos rios. Precisamos aprofundar o que é infâncias, essa pluralidade paulistana precisa constar. E assim, eu tenho uma questão com a alfabetização, atrelada aos direitos de aprendizagens e das crianças como sujeitos de direito. E serve também toda a educação básica. A alfabetização como está posta não cabe na infância. Outra questão que quero defender é que ao organizar o plano de São Paulo é dizer que a infância não pode se dar até os 6 anos. Precisamos atrelar as infâncias, o ECA, e não dá para ser apartado dos direitos humanos. Em São Paulo precisamos garantir que um professor alfabetizador construa o conceito de alfabetização de mundo e precisamos definir esse conceito para não reproduzir algumas coisas que a ciência já avançou. Não dá para retroceder. Eu, se eu pudesse fazer um projeto de alfabetização infantil, ele não teria nem esse nome. Ele ia ser brincar, brincar, brincar, brincar, brincar. **Lucimeire** - Bem, a Luci traz coisas importantes para a discussão porque as coisas vão assumindo o tamanho e interpretações de acordo com o que se tem e se pensa ao longo das trajetórias. Quando a gente pensa que a criança está no mundo, ela brinca com tudo que está no mundo. E não vamos dizer: "É hora de olhar para isso e a criança vai olhar e levantar a hipótese do que pode ser isso. Isso a gente acredita na potência da criança dela está brincando com tudo isso ao mesmo tempo e questionando e trazendo a presença da literatura todos os dias ali com as crianças, é a leitura, é a contação, além das experiências de sacolas viajantes junto as famílias. Então, quando a Luci fala do brincar é o eixo articulador do currículo. As brincadeiras e as interações. **Luci -** Eu só queria acrescentar que isso tudo precisa estar atrelado a um projeto de formação porque assim, é como se na educação infantil, nas infâncias, a leitura, a alfabetização, fosse repertório para ser planilhado. E isso vem acontecendo. Eu acompanho várias escolas e é triste de ver. Então, acho que na elaboração plano, temos que imprimir a cara Paulistana. Os professores são valorosos, temos as sacolas, a família ali na escola, as visitas na comunidade, que leituras a gente faz sobre isso e a escola não está apartada disso, portanto isso precisa estar expresso no novo plano. **Lucimeire** – Não estamos com posicionamentos divergentes em relação a isso, pois sempre debatemos esta questão. Não vamos determinar a hora da criança fazer isso ou aquilo, porque a criança vai pensar sobre todas as coisas. Acreditar nessa potência da criança é algo previsto em documentos escritos há décadas. Em especial, quando a entendemos como produtora de cultura, em todas as dimensões de mundo. Já organizamos e pensamos como esses contextos de aprendizagem estão postos aí. Então, dessa discussão mais profunda, um aspecto que é muito essencial, é conversarmos não só na perspectiva educação infantil, isolado de ensino fundamental e do ensino médio, mas o que que a gente pensa na perspectiva da educação básica, pois isso gera distorções, pois fazer sondagem na educação infantil e registrar hipótese de escrita na educação infantil, não é uma prática de alfabetização, o que não seria nem prática de alfabetização no ciclo na no ciclo de alfabetização. É trazer como um como recurso cognitivo só a memória e atividades só em cópia, e isso não é atividade de alfabetização

para ninguém. E, importante ressaltar que algumas práticas antecipam a alfabetização, o que não é algo que possamos defender, pois precisamos considerar as infâncias. A criança que brinca e interage com tudo que está no mundo, às vezes é limitada por uma atividade que ela vai fazer de forma mecânica. E aí a gente parece que está andando uns passos para trás, nos saquinhos de atividade, nas folhas de repetição, e nesse tipo de coisa que não pode ser a proposta nem da educação infantil e nem do ensino fundamental e muito menos na EJA. E é por isso que eu digo de a seriedade da gente tratar isso nessa perspectiva de não isolar a educação infantil das demais modalidades. A criança que está esperando que façamos alguma coisa para ela se manifestar, e organizar contextos traz oportunidades de vivenciar muitas experiências e produção de saberes. E como isso vai sendo sistematizado ao longo da vida. É nossa responsabilidade de pensar e saber onde cabem os momentos de sistematização. E isso também faz parte de processos formativos ao buscar garantir na estratégia essa formação dos professores olhando essa perspectiva da educação básica e construindo também esse perfil do que é ser alfabetizador na rede municipal. **Cleonice, Sinpeem** – Precisamos considerar que hoje o número de professores contratados é quase superior aos efetivos, inclusive em turmas de alfabetização. Então, precisamos olhar para esses dados, esses fenômenos, para a gente sugerir boas estratégias ali no plano, isso se quisermos acompanhar o que define um professor alfabetizador. Acho importante contextualizar o que é alfabetização. Não existe na nossa rede, aliás, não existe professor que não seja alfabetizador, porque quando uma criança nasce, ela recebe o nome, ela já está inserida num ambiente alfabetizador. Então, tudo que um professor faz contribui para uma alfabetização, senão a gente não vai conseguir alfabetizar com letramento uma criança, por repetir os códigos, escrever o boi baba na boca da babá, todo mundo aqui começando no C. Isso não dá conta de alfabetização. Na nossa rede municipal em especial, todo profissional traz leituras, roda de conversa, escritas na escola. Então, a criança está inserida num ambiente alfabetizador. O que eu acredito que está acontecendo é deixar o profissional alfabetizador separado do profissional de educação infantil. E outra confusão é alfabetização na educação infantil, como o Maciel disse. Então, para mim, isso são falas de quem demonstra que não entende o que é alfabetização e se a criança está inserida num ambiente alfabetizador, pois ao nascer ela está recebendo e falando o nome e daí é esperar o ciclo alfabetizador. Infelizmente, está tendo uma confusão até da Secretaria da Educação ao falar que precisa avançar na alfabetização, na educação infantil. Falta as pessoas irem no chão da escola, conversar nas formações que os coordenadores fazem, acompanhar os professores, porque há muito tempo que os professores sabem disso. Há muito tempo que a nossa rede trabalha assim. E é por isso que eu acho que está tendo uma confusão no conceito do que é alfabetização. **Vilani, CAE** - As famílias fazem muito essa confusão e a gente vive aí todos os dias conversando com elas, né? As famílias chegam, acham que a escola não pode falar o lógico. Não é porque eu estou deixando a criança brincar ou considerando a infância ou a criança enquanto protagonista, que eu não estou assegurando estratégias de alfabetização. Então, assim, existe essa confusão. As famílias questionam muito isso. Elas não dão valor para a educação infantil achando que a escola de verdade é a escola do primeiro ano ou do segundo ano porque vai ter alfabetização. Ah, eles não escrevem nome, nessa escola eles só brincam. alguns professores, eu sou professora de educação infantil e ensino fundamental, alguns colegas falam também: "Ai, o que será que vocês fazem com eles na educação infantil? Porque chegar aqui eles não sabem

praticamente nada. E não é isso, gente. Então precisa primeiro entender do desenvolvimento de uma criança mesmo porque o ciclo não vai dar conta. Eu não considerava nem o terceiro ano e entender o que é alfabetização, que não é uma coisa que você vai chegar lá, tá prontinho e aí você vai, ah, agora nós vamos alfabetizar. Então, só para contribuir aí para nossa discussão. Então a colocação da Luci tem que brincar, brincar, brincar. Porque a criança se constitui nas relações, com a cultura e com os seus pares na sociedade, o tempo todo, e está se constituindo. Então assim, o que eu penso é que a gente precisa pensar um pouco qual é o olhar que está se tendo para essa criança, qual é o olhar, qual é a concepção de desenvolvimento que nós temos ao olhar para essa criança. Então, se não tocar no campo epistemológico, se não trabalhar o que está na raiz do desenvolvimento dessa criança que a Cléo também colocou aqui, a gente vai ficar numa condição completamente infrutífera, porque se discute a superfície e não vai na base do problema que é a concepção de educação, a concepção de desenvolvimento que se tem sobre essa criança. Então, sinceramente, se ficarmos só em números, vamos ficar num resultado vazio. Acho que a questão é ampliar o olhar, entender essa criança num contexto social, nas vivências e pensar em muitos fatores porque tudo é muito complexo. **Fátima, Setorial Educação PT** – A percepção dessa conversa e debate, traz para todos nós do fórum um desafio enorme, que é não fazer uma discussão apartada das etapas e modalidades da educação básica. Eu acho que esse vai ser o grande desafio elaborar um próximo plano municipal de educação, onde a gente pactue sim concepção de currículo, de aprendizagem, de desenvolvimento, de avaliação, de alfabetização. Caso contrário, vamos ficar nessa disputa entre alfabetiza, não alfabetiza na infância e como é um desafio trago como encaminhamento, o fórum pensar que é um dos debates fundamentais por conta de todas essas estratégias que vê acontecendo em relação à alfabetização na educação infantil. Precisamos fincar o pé num debate assim forte sobre alfabetização e currículo, aprendizagem antes de qualquer elaboração que possamos fazer. Vamos pactuar isso entre nós! E por que estou dizendo isso? Para além do objetivo e da meta, temos que olhar com muita preocupação para as estratégias que se elaboram, porque muitas vezes você tem um objetivo lindo, uma meta maravilhosa e a estratégia que caminha para trás. Exemplo prático: eu vou dizer que o objetivo alfabetizar todas as crianças assim, garantindo, respeitando seus tempos, seus ritmos, seu desenvolvimento, e depois na estratégia proponho avaliação, sondagem em tanto tempo. Então, cuidado ao estabelecer as estratégias também. Reitero que precisamos promover uma discussão sobre educação básica e pactuar algumas concepções que são importantes e que não podemos negociar, por exemplo, o que é inegociável na alfabetização. E por fim, temos uma experiência em São Paulo, quase que pioneira, sobre uma discussão da integração da educação infantil com ensino fundamental. Isso significa muito, buscar que os educadores do ensino fundamental olhem para infância e observassem o que de fato se faz na educação infantil. Importante essa perspectiva como estratégia. **Maurien, Brigadas Pela Vida** - Reitero que é muito importante pensar como vai ser colocada essa questão que tá rondando aí o termo alfabetização nas infâncias, o que não deve ser mesmo esse termo, nem deve ser colocado, porque nós que somos da infâncias, do chão de Creche, de PDI e tudo mais, a gente sabe que a alfabetização se inicia desde quando a gente nasce, porque vivemos numa sociedade e nós sabemos que é importante essa a expressão, a criatividade, a curiosidade que se dá nas relações, nas trocas, nas experiências que as crianças fazem nas suas infâncias. Dito isso, antes da alfabetização, é pensar que tipo de indivíduo

queremos porque realmente se começarmos a estimular a criança pequena, ela vai ela vai escrever, ela vai ler. Mas isso não significa que ela vai ter um futuro, vai se desenvolver brilhantemente. Temos que pensar numa educação integral. E o desenvolvimento do indivíduo na sua integralidade, ela não perpassa pela codificação, pela escrita. Se fosse assim, nós não estaríamos aqui, porque somos um país escravocrata, que em sua maioria era analfabeta. Então, cuidado com os objetivos antes de criarmos o plano, pois se a integração e a transição entre as infâncias, principalmente no ensino fundamental, considerando que a infância se dá até os 12 anos. Que tipo de indivíduo estamos formando? Porque estamos sendo engolidos por metas. Estamos sendo engolidos onde as nossas instituições sociais se transformaram em organizações sociais com a falácia de metas, com a falácia de produtividade, ignorando várias questões importantíssimas como qualidade de trabalho, formação que a Luci colocou. Não adianta a gente vir sem ter formação pensando na educação municipal. É importante uma retrospectiva também, porque o nosso currículo ficou pronto em 2019, quando íamos implementar, aprofundar, veio a pandemia e nós tivemos um uma escassez, né, no RH, né, nós não temos professores efetivos para essa questão dessa continuidade. Então, hoje na rede a gente chega e sim, tem professores na infância que começa o be-a-bá, que encontramos na cartilha caminho suave. Então é muito complicado vir com ideias de alfabetização na infância, pensamento matemático, se não tivemos o currículo totalmente implementado. Agora que tiraram as cadeiras, as mesas, as professoras estão entendendo que brincar não é só o monta-monta em cima da mesa, porque as mudanças parecem que foram rápidas, mas elas não são rápidas em termos conceituais para o docente. Então, a gente tem que pensar numa formação, nós temos que pensar na integralidade do indivíduo, nós temos que pensar que criança queremos, porque robotizar é muito fácil. Chega depois os adultos e crianças com saúde mental abalada, sendo estes últimos, todos introvertidos, ganhando o colarzinho de TEA, porque de repente todo mundo virou TEA, porque saímos de uma pandemia, e os adolescentes seguem desassistidos, e sendo cobrados como se a culpa do aprendizado estivesse neles. Então, a gente tem que pensar em tudo isso. **Lucy, ABRAPEE** - Só para ressaltar que precisamos discutir a medicalização em todos os âmbitos, na educação básica, desde a educação infantil, porque tem criança tomando risperidona com 3, 4 anos de idade. Isso está ficando cada vez pior. E o que está acontecendo é que os pais, os professores e as próprias crianças estão sentindo alívio com esses diagnósticos. E aí eu fico pensando onde a gente vai parar com isso. Se não discutirmos isso de forma séria, caminharemos para o caos, vai ficar pior, porque a indústria farmacêutica está massacrando e os profissionais seguem esta concepção. Eu não me conformo, a docência evoluiu, mas ainda tem gente pensando no sujeito como biológico e esquece o histórico-cultural, as crianças elas são avaliadas dentro de um de um sistema normativo. Então, todo mundo tem que ser igual. As crianças são diferentes e aliás, a diversidade é que complexifica nosso papel na sociedade. **Livia, Coletivo Paulo Freire** - Então, só pensando nessa questão aqui das infâncias, acho que a Luci colocou, a questão das infâncias migrantes, indígenas, as crianças com deficiência, mesmo as crianças surdas. Ano passado, por exemplo, tivemos a prova São Paulo e como supervisora em uma EMEFEM que atende jovens surdos. E a gente calcula dentro de um índice, mas crianças, adolescentes, jovens que têm inúmeras especificidades e que isso não se projeta. Fizeram até uma série de transformações lá na aplicação da prova, mas o que vemos é que de fato eles não estão sendo pensados num instrumento particular. E vimos

isso na EMEBS também lá no território. Então, pensar nessas infâncias, quais são essas infâncias da cidade de São Paulo, que especificidades elas têm. A outra questão que a Fátima trouxe do currículo integrador. Esse ano, no documento de organização do início do ano, tinha uma parte toda dedicada a falar dessa questão do território e da integração das unidades e tal. Só que isso não se reverberou nem nas reuniões com os diretores e nem nas DREs. Acho que resgatar para além do documento, mas como uma prática mesmo institucional, porque daí precisa de articulação, precisa de SME articulando a retomar essas concepções do currículo integrador e dessas transições da educação infantil para o ensino fundamental e da concepção de ciclo, inclusive o de alfabetização. Pensar também a questão da formação, que já foi citada, os grandes momentos de debates na rede foram durante os projetos formativos, e se não tem um programa de fato assim de formação com um grupo docente que muda muito, como a gente falou, muitos deles contratados, mudando o tempo inteiro, torna-se uma formação continuada que não está acompanhando a questão de evitar a descontinuidade de políticas públicas. Então, por exemplo, nos segundos anos, vimos um avanço em toda a cidade no processo de alfabetização. Pela primeira vez de verdade, a gente teve um segundo professor e não estagiário, junto no segundo ano, que é o PAP segundo ano, porque desde o Serra a gente fala segundo professor, segundo professor, mas era sempre estagiário. Essa foi a primeira vez que acertou e colocou outro professor e isso deu resultado enquanto política pública. O que que aconteceu esse ano? Faltou professor na rede, tiraram esses professores que tinham recebido formação e tal. Muitos deles estavam como PAP de segundo ano e saiu um comunicado no final do ano que eles iriam continuar agora, que tinham a continuidade assegurada. Muitos deles, por falta de professor regente, tiveram cessada a sua designação e voltaram, foram escolher outras turmas, foram para a DRE. Então, quando a rede acertou com PAP segundo ano, não deu continuidade. A outra questão a se pensar é o currículo. Falamos em diminuir as desigualdades entre as crianças, mas antes precisamos analisar como se alfabetiza, com quais materiais. Então, um currículo que não veja só a questão de gênero e étnico racial como transversal, mas como parte do currículo que tá sendo discutido e que tá sendo trabalhado com essas crianças para que elas também se vejam, dentro desse currículo. E acho que uma questão que não vai entrar aí porque ela tem um lugar próprio para entrar no plano, mas é a questão do número de crianças por sala, especialmente no ciclo de alfabetização. Então acho que são essas questões. Lucimeire – Estamos aqui para discutir o plano e é importante a ter nos dados diferentes formas, né? porque a gente ouve a rede de diferentes formas para ir vendo o movimento das políticas, porque assim, é, toda a política é construída e ela tem a sua implementação. E o que vai acontecendo nesses caminhos da implementação, isso é muito importante quando Fátima falou assim, como a gente define estratégias e como a gente acompanha. Então, quando a gente foi fazer o relatório aqui da síntese da conferência, a gente sentiu muita falta de que algumas coisas não eram metas e por isso a gente tinha dificuldade de dizer de alcance ou não de alcance. Então, a gente precisa olhar para isso e precisa pensar como que essas estratégias elas têm condições de ser acompanhadas, porque tem na lei do plano municipal a comissão das quatro instâncias, mas isso precisa ganhar instrumentos para acontecer para ir as diferentes instâncias, que é o conselho, a SME, o fórum e a Câmara Municipal conseguir trazer esses elementos da realidade que você traz bem e pra gente ouvindo de diferentes formas, em diferentes espaços para conseguir caracterizar como que tá andando e até as distorções que são eh que

acontecem na rede. Vou pegar o exemplo do Papo Segundo ano. O PAP Segundo ano foi uma estratégia pensada quando a gente olha os dados e fala: "O professor precisa de um apoio que seja um outro professor". Quando a gente escreve a normativa, tira a transitoriedade de ser até o final do ano, garantindo a continuidade e não dizendo que era uma coisa excepcional para aquele ano. Se acontece essas distorções, e a gente precisa ir colocando nessas estratégias de acompanhamento as devolutivas que a gente vai fazendo para as quatro instâncias, para que isso alimente melhor o acompanhamento do plano e que tenha reflexo na atuação de quem está fazendo, é responsável por essa estratégia. Então eu vejo aqui esses movimentos de avaliação do que está acontecendo na secretaria e as leituras que estão acontecendo na rede, essenciais para pensar como elabora o plano, pensa nas estratégias, como bem disse a Fátima, e junto com isso, como essas estratégias são capazes de ser acompanhadas, porque daí senão a gente sempre vai lidando com uma coisa assim, ó, imaginamos tal coisa, aconteceu tal coisa, mas tudo bem, aconteceu tal coisa e a coisa continua acontecendo daquele jeito. Então, nós temos um papel muito importante enquanto instâncias, enquanto fórum, enquanto pessoas que vão ajudar a estruturar um plano e já com o olhar qual estratégia a gente acompanha isso, porque senão vai sempre voltar com essa perspectiva que parece que a gente fez muito pouco ou que a gente não fez nada ou que a gente deixou de fazer ou que escreveu depois nos relatórios não serviu de nada. E aí, por isso talvez a gente veja o número de participantes diminuindo. A gente passou isso na primeira conferência, 1200 pessoas a gente esperava. Fizemos o as conferências regionais com 765 delegados e a municipal nós terminamos o domingo com 342 pessoas. Então, as considerações aqui postas são muito provocativas. Não estou falando somente enquanto SME, é que gosto de ouvir para pensar como que melhoramos, mas também nos coloca um desafio do plano que são as estratégias que tem que ser acompanhadas, porque senão parece que a gente fica patinando e já tem que se colocar no plano como vamos produzir esses relatórios de acompanhamento com esses dados que foram aparecendo aqui e que a gente consiga alimentar isso com a secretaria. Então, é muito importante ir aparecendo isso porque a gente vai vendo as distorções ou senão a política mesmo precisa ser mudada porque não está alcançando quem precisa. Então, é bem provocante a gente pensar nisso. Isso só olhando na alfabetização, imagina o restante das coisas. **Cleonice** - Só que essas estratégias, eu que estava nessas conferências que convocou dentro da regional e uma das gritas é que não seja pela via da privatização. Apesar de isso ter aparecido em todas as instâncias, em todos os momentos, está cada vez mais uma realidade, infelizmente. Então que em termos de estratégia para conseguir os planos, as metas que nós sabemos que é das privatizações, das parcerias, principalmente nas nossas. **Maciel** - Esse debate me fez ficar pensando como é que a gente alcança a rede particular, como a gente caminha nas escolas do estado. Porque estamos falando de alfabetização da cidade e não da prefeitura de São Paulo apenas. Então, vejam o tamanho do desafio que está colocado. Podemos passar para o próximo item. **Eixo IV – Acesso, trajetória e conclusão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio**. O objetivo assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória a conclusão do ensino fundamental e médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais com redução de desigualdades e inclusão. São algumas metas. 4A. universalizar até o terceiro ano de vigência deste PNE o acesso à escola para toda a população de 6 a 17 anos de idade. 4B. Garantir que todos os estudantes concluintes do ensino fundamental na idade regular. 4C. garantir que

pelo menos 95% dos estudantes concluo ano do ensino fundamental na idade regular, de modo a promover a equidade e a atenção à diversidade populacional. 4D. Garantir que pelo menos 85% dos estudantes concluam o ensino médio na idade regular, de modo a promover a equidade e a atenção à diversidade populacional. Estratégias 41. Assegurar em regime de colaboração entre a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios padrões nacionais de qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, o que abrange a infraestrutura, inclusive internet em banda larga de alta velocidade, a alimentação, o transporte escolar, os recursos pedagógicos e os profissionais da educação, respeitado o desenho universal de acessibilidade e consideradas as diversidades territoriais e as especificidades das modalidades. de ensino. 4.2 dois, implementar políticas de construção ou reestruturação de escolas do ensino fundamental e do ensino médio e de aquisição de equipamentos, especialmente em unidades que atendam estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e públicos-alvo das modalidades educacionais, de acordo com as necessidades dos estudantes e com garantia dos padrões nacionais de qualidade. 4.3, Três, ampliar o acesso ao ensino fundamental e ao ensino médio em tempo integral, condicionando a ampliação da jornada escolar aos resultados de consulta prévia e informada ao público-alvo, de modo a priorizar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas do campo, das águas e das florestas, e com deficiência. 4.4. Assegurar a oferta obrigatória do ensino fundamental, em especial nos anos iniciais, aos estudantes indígenas, quilombolas e do campo, das águas e das florestas nas respectivas comunidades, de forma a atender suas especificidades condicionadas às ações de nucleação escolar, aos resultados de consulta prévia e informada ao público-alvo. 4.5 Construir propostas curriculares alinhadas à transformações da sociedade do mundo do trabalho que assegurem acesso à cultura e ao conhecimento científico, com objetivo de tornar o processo de ensino e aprendizagem contextualizado, atrativo e significativo aos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. 4.6 Proporcionar o acompanhamento pedagógico individualizado e o monitoramento da trajetória dos estudantes na educação básica, em especial nas transições entre os anos iniciais e finais do ensino fundamental e entre os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, de modo a garantir a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade regular. 4.7 Adaptar no âmbito dos sistemas de ensino o currículo e o calendário escolar de acordo com a realidade, a identidade cultural, as condições climáticas da região e as necessidades dos estudantes com objetivo de promover a trajetória regular. 4.8. fomentar políticas de apoio à permanência, o que inclui o apoio financeiro aos estudantes, com objetivo de garantir a trajetória escolar regular de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. 4.9 Fortalecer a articulação entre educação básica e a educação profissional [música] e tecnológica. de modo a fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio na forma articulada à educação profissional. 4.10. Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde, proteção infância, adolescência e juventude. 4.11. Ampliar os espaços de participação das comunidades escolares, em especial dos estudantes no desenvolvimento de atividades curriculares, culturais e esportivas dentro e fora dos espaços escolares. 4.12. implementar políticas de prevenção à evasão e ao abandono escolar, motivados por preconceito ou quaisquer forma de discriminação dentro e fora

da escola, com a criação de redes de proteção que incluam famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. Itens anotados, e passamos para a complementação da Lucimeire e retomamos o debate na sequência. **Lucimeire** - É bem grande esse, e está espalhado por várias e análises de meta, porque fala de acesso, fala de permanência, fala de qualidade. Em termos de acesso, o cuidado em garantir com que todas as crianças estejam mesmo na escola. tem a questão do ter a fila zerada e o cuidado daquelas famílias que não procuraram, porque a fila zerada é procurou, eu tenho a vaga. Mas as famílias que não procuraram, quais são as estratégias? Isso aparece aqui, aparece as estratégias de manutenção do TEG para trazer as crianças quando não estão perto de casa e evitar que as crianças pequenas caminhem bastante. Isso estava escrito aqui no nosso relatório, então de acesso e esse cuidado das ofertas logo que a criança entra, desse sentido de cuidado mesmo. Mas acho que isso está mais na permanência, apesar de dizer aqui na discussão do acesso, mas é mais na questão de permanência. Depois, as discussões maiores e as ideias maiores vieram no eixo da qualidade. Então, no eixo da qualidade veio todos os processos formativos para as diferentes áreas. Como que consolida isto, como o processo formativo pode consolidar a permanência das crianças. Isso apareceu bastante no investimento do processo formativo. Aqui também tem uma discussão pro cálculo dos repasses, o olhar para as crianças público da educação especial pro tempo de permanência dos educandos na unidade educacional e que tem um investimento disso para que tenha condições de estar na escola, permanecer na escola e aprender. Então isso ficou colocado como uma das estratégias que a gente sugere aí para qualificar. Chamamos no relatório de como revisar com urgência o PTRF para conseguir olhar essas especificidades pensando na permanência das crianças com deficiência, permanência com qualidade. É, acho que a principal relação de permanência, as principais questões que apareceram aqui estão muito relacionadas às crianças com deficiência e aos jovens e adultos quando trata da permanência passeia muito por esse por esse sentido. E depois a gente tem as propostas dizendo de qualidade, como foi discutido aqui, a gente passou e acompanhando que tem vários textos legais, acesso, permanência e qualidade na estratégia e em termos de qualidade tem a proposição de fazer indicadores de qualidade para o ensino fundamental. Isso tem aqui como proposta. Depois quando se olha a qualidade e inclusão ao mesmo tempo, não olhando só as pessoas com deficiência, mas a as especificidades da população migrante, dos povos indígenas, comunidade LGBTQI a mais. Então isso também está como proposta nossa quando se fala de qualidade, o estabelecer também padrões de qualidade para o ensino fundamental ficou como uma proposta. tem os indicadores de qualidade e os padrões de qualidade, o fortalecimento dos horários coletivos como com foco na formação continuada, e, também nesse eixo proposta nesse eixo de qualidade, a implementação dos indicadores de qualidade, então aparece a elaboração e depois a implementação dos indicadores de qualidade para o ensino fundamental e assegurar não só a oferta, mas a qualidade na educação infantil, olhando para o que é desenvolvido em unidades diretas, indiretas e parceiras e ampliar os investimentos e recursos pedagógicos na perspectiva de garantir a qualidade nas unidades de educação, respeitando seus projetos políticos pedagógicos. Então, essas são as principais propostas que apareceram aqui. Ai, tem uma última, desculpa, que é padrão de qualidade para obras e infraestrutura das unidades de educação infantil e ensino fundamental. **Maciel –** Bom, resgatando um pouco o que a gente debateu na conferência e costa no relatório, é isso.

Vamos precisar urgenciar a publicidade a esse relatório de forma mais ampla para que vocês relembrem, revisitem, a partir daí até para fazer esse trabalho que a Luci fez, que é olhar para os eixos e localizar porque na nossa discussão ficou dividido em várias questões, em várias discussões, em várias metas. Então, mas vamos lá. aberto para participação. **Claudia -** Quero chamar a atenção mais no sentido de uma reflexão para nós. É a respeito do da estratégia 4.10, a questão da busca ativa. Creio que todos tiveram conhecimento do caso daquela adolescente Marta de Porto Velho, que foi encontrada, morta. E tanto a Secretaria de Município como Secretaria do Estado, não sabiam. E o pai pediu transferência. Então, quando eu li aqui a questão da busca ativa, uma reflexão que eu quero trazer para nós é este acompanhamento pensado de forma mais explícita possível possamos ter este acompanhamento nesta busca ativa, porque estamos vendo tantos casos de violência contra crianças e adolescentes. **Lucy** - Eu queria colocar sobre o acesso e sempre olhando para a cidade de São Paulo, das inúmeras barreiras geográficas sejam físicas, socioambientais, socioculturais. A gente tem uma questão ambiental na cidade de São Paulo importante, que às vezes temos que fazer uma opção muito difícil, ou parques ou escolas, e/ou parques ou moradia. Estou dizendo isso para nunca desatrelarmos a educação desse contexto maior, da macropolítica, da micropolítica. **Luci** – Todos sabemos da problemática da Banda Larga em nossa cidade. Vou falar do Grajaú, por exemplo. Há uma reclamação imensa quando se planilha tudo e põe tudo dentro do sistema e as professoras estão lá enlouquecidas porque os bebês, as crianças, os jovens, os adultos e os idosos não cabem nesse sistema. Ele não é um sistema humanizado. A consulta prévia daquele chamamento público que discutimos na reunião passada? Quem tem acesso a consultas prévias? Acho que precisa ficar essa pergunta, né? A gente faz para quem? Por quê? Temos que responder isso no plano. Em relação ao PTRF, acho que as colegas aí supervisoras podem falar mais que eu, mas conversei com três escolas ontem que afirmaram que o PTRF está sendo usado para quase tudo, inclusive tapar uma defasagem do Estado, da política. E por fim, eu queria defender que a gente mantenha os indicadores para toda a educação básica. Eles são um marco na cidade de São Paulo, tem a participação coletiva da comunidade, da escola como um todo. Eu acho que que isso foi uma coisa bacana, como também padrões de qualidade, porque entendo que é o único momento que a gente de fato ouve a escola, houve a realidade, a escola real. Então eu acho bem bacana se isso a gente conseguir manter em relação ao que a colega coloca, Cláudia, eu acho que assim, a gente tem que deixar explícito essa questão da rede de proteção social, essa rede que tá assim, a criança sai da escola, é transferido, isso é legítimo. A escola cumpre ali com o papel dela. Agora, tem as outras instâncias que é a SAS, o CRAS, o CREAS, e tem que notificar cada movimento, em especial, as transferências solicitadas para proteger a criança e a escola. Acho muito lindo a gente trazer as crianças aqui para o debate nesse espaço. **Lucimeire -** Deixa eu só acrescentar um pouco ao que a Luci falou, porque essa articulação de SMADS e SME, a rede de proteção para a busca ativa de bebês e crianças, está em uma sugestão que tem aqui. E esse debate de busca ativa, Cláudia, tem 10 ocorrências no relatório, então tem uma preocupação e dá para a gente aproveitar na hora de pensar na estratégia. **Fátima** - É só uma reflexão, porque me chama muita atenção quando a gente, sempre historicamente tá acostumado a tratar nas diretrizes de acesso, permanência e qualidade. E aí agora entra a palavra trajetória. O que é que muda nesse sentido? Então eu fico inclusive muito satisfeita em ver a palavra trajetória, porque ela traz uma condição muito de um olhar muito mais amplo para esses meninos e meninas

que estão dentro do ensino fundamental ou dentro de toda a educação básica, aqui que a gente pode dizer. Então, considerando suas questões culturais, sociais, econômicas, históricas. Então acho que esse deve ser um grande foco nosso também. Condição de considerar as trajetórias, que estratégias que nós vamos, né, construir para isso. Eu vou voltar nas estratégias novamente. Mas eu queria dizer que é isso, a trajetória faz parte deste tempo. Que bom que a gente está olhando para essa trajetória. Não que falar em permanência não era importante, mas como avançamos, no meu ponto de vista, eu acho que a gente avança quando traz a questão dessa percepção de que a trajetória é fundamental também para aprendizagem. Não basta só garantir que a criança esteja adolescente na escola. É preciso ver esse adolescente, quem é ele, que história ele traz, para aí sim a gente poder falar das possibilidades de aprendizagem, de alfabetização, enfim, acho que um pouco do que foi dito tudo aqui. Queria também reiterar a questão dos indicadores e dos padrões e pedir licença para o Maciel para dizer que muito recentemente, numa mesa de negociação com a SME, já representando, o sindicato, o SINDSEP, nós apontamos inclusive a necessidade, quando a gente fala de avaliação, a importância de ter os indicadores de qualidade no ensino fundamental. Então, as coisas estão se cruzando. Está num relatório da conferência lá em 2023, aparece no Plano Nacional de Educação, a gente cobra isso, entendendo que os indicadores de qualidade são sim um instrumento importantíssimo pra falar do que acontece dentro da educação, principalmente no ensino fundamental, que nesse aspecto não só medidores, números avaliativos e porque também garante aquilo que a gente tem que não pode abrir ou nunca, que é a participação das famílias, da comunidade, enfim, olhando para essa escola, avaliando todas as condições dessa escola. **Vilani** – Vou voltar um pouquinho na questão que a Luci traz em relação ao TEG. Qual é a política atual do TEG? Nós saímos dos 2 km, entramos no 1 km e nós temos um problema sério de barreira física. No sábado mesmo, nós tivemos uma discussão dentro do CRECE Central, onde levantamos a bandeira de TEG para todos. Por que isso? Em uma condição de barreira física tem casos além de toda a vulnerabilidade que envolve bebês, crianças, e jovens, adolescentes, porque criança até 14 anos, vamos compreender que nós estamos falando ainda de uma criança que está no ensino fundamental. Sou uma supervisora da DRE Capela do Socorro. O Edivaldo é supervisor da DRE Capela de Socorro, junto com outras pessoas que trabalham no TEG. E nós tivemos lá situações assim as piores possíveis que vocês possam imaginar visitando os locais que necessitam de barreira física. E infelizmente nós tivemos essas barreiras, esses processos negados, quer dizer, um abaixo assinado com mais de 300 assinaturas, que inclusive hoje foi parar no R7. Então, a dificuldade que a gente tem nesse acesso e nessa permanência com essa política atual, porque está imposto um e-mail que não atende. Crianças com transferência e mudança de endereço perdem o benefício. O TEG atualmente não garante esse acesso e essa permanência. Em relação aos indicadores, dizer que já tem EMEFs que já estão copiando os indicadores da educação infantil. Agora mesmo, essa semana nós tivemos um relato no Dia da Família de EMEFs que aplicaram o modelo meio parecido com os indicadores da infância nas EMEFS. Então, quer dizer, mesmo antes de propormos no plano já vêm sendo utilizado. Então é urgente para garantir esse acesso, essa permanência, essa alteração, essa estratégia de mudança desse TEG. **Felipe Chadi, SINPRO –** Me inscrevo para verificar que em relação aos dados do relatório para saber quando que as comissões poderão usar esse relatório. E quando falamos de algumas coisas que estão no relatório, se elas foram atendidas ou não, no relatório era um item

5.4 quatro das nossas propostas estava lá e pedia providência de transporte gratuito a todos os estudantes garantindo e respeitando o critério da distância igual ou maior que 1,5km. Essa proposta estava antes de se efetivar essas mudanças. E incluía as crianças acompanhadas pelo NAP em situação de vulnerabilidade social que também agora são incluídas. Isso só para dizer de valores, que tem propostas que produzimos que nem sempre são encaminhadas. Outro exemplo é essa questão dos indicadores do ensino fundamental que vai e volta, e não se efetiva. Mas quando tem as experiências da rede, como a gente vem trazendo para conversar, é bem legal de saber disso, mas só para ir valorizando que os textos de conferência eles não ficam mortos. Mas trazendo elemento de que tem coisas que a gente foi colocando aqui que já tem vida na rede. Outra questão que foi dialogada é vincular o TEG com o CAD-Único, ou seja, além dos critérios estabelecidos ver outros critérios, como também o Bolsa Família, que vincula o material escolar que é para todo mundo, a gente tem uniforme que é para todo mundo. Então, pensar numa estratégia, num caminho nesse sentido, eliminando parte dos problemas. **Ricardo Pinto, Gab Ver Luna -** Bom, eu sou uma pessoa angustiada, né, muitas vezes e toda vez que eu faço algumas discussões, eu vou ficando cada vez mais angustiado. Concordo com a Fátima que trajetória é bem-vindo, é uma coisa mais plural, menos engessada do que a permanência, mas acredito que atenda as nossas necessidades aí de poder ampliar o nosso debate. Mas quando eu falo acesso, trajetória, conclusão, eu não consigo desvincular mais da questão da integralidade, da educação integral. E aí quando eu vejo que, por exemplo, 4.3, a gente está falando em tempo integral, isso começa a me deixar angustiado, porque a gente não consegue fugir dessa armadilha do tempo, que é uma questão mais burocrática do que se pensar a questão da educação em si, né? E quando eu falo em tempo hoje, sinceramente, eu estou pensando já em exclusão quando a gente conversando sobre escola de tempo integral. Então nós temos escolas de tempo integral e temos escolas que não são de tempo integral. Então já estou causando uma exclusão, não sei para que lado. Dependendo da escola de tempo integral, estou excluindo mesmo quando a gente pega esses modelos aí que estão vindo aí pelo governo do estado, né? Então, eu acho que a gente tem que começar a refletir um pouquinho mais sobre isso, se nós queremos sustentar ainda essa questão do tempo ou a gente vai avançar de fato para a educação integral, porque para mim ela já é uma realidade, está posta. Agora a questão é de como a gente avança. Agora, se a gente avança sem levar em consideração todos os agentes do território, que é uma outra coisa que nós temos que discutir, o que é território para cada um, porque cada um vê o território de uma forma, a gente não vai conseguir compreender e avançar. Agora, eu tenho dentro de um território vários atores importantes e fundamentais, inclusive quando no 4.5 fala da questão do mundo do trabalho. Eu não tenho que educar para o mundo do trabalho, mas nesse momento eu quero entender como é que eu posso articular com o mundo do trabalho, justamente para impedir a evasão, que é uma um problema nosso também, sobretudo a EJA. Como é que eu articulo isso? como é que esse mundo do trabalho pode estar articulado e sendo fundamental para a gente construir a educação integral? Porque eu tenho eu tenho garotos e garotas do ensino médio, até mesmo do fundamental, que trabalham no mercado, vai lá fazer pão na padaria, por exemplo, do mercado e tá lá fazendo matemática, fazendo química. E, no entanto, a gente não consegue articular isso com a escola e dá um sentido para que esse trabalho possa realmente construir algo da educação integral e possa garantir que esse aluno continue no seu trabalho, né? porque ele vai optar ou o trabalho ou a escola e a

gente possa contribuir para que esse aluno possa continuar e ele possa ter alguns ganhos escolares. Então eu gostaria de pensar isso. A questão que foi colocada, rede de proteção social, rede de proteção social é educação integral, não tem uma alternativa, é educação integral, porque a parte da educação integral você articula a saúde, você articula os direitos humanos, você articula assistência social, tudo que tem no território. Para mim isso é rede de proteção social, portanto educação integral. E eu gostaria que a gente abraçasse mais a questão da educação integral como algo já posto e colocado. Há quantos anos a gente já vem discutindo isso e a gente ficou amarrado nessa questão do tempo e a gente não sai do tempo e o tempo está ficando uma coisa excludente. Era apenas isso. E muito obrigado por hora. **Maurien** – É só uma observação na questão da busca ativa, pois, não vejo sucesso em busca ativa se eu não tiver um educador integral também que esteja na rua, articulado com o território de fato e fazendo as várias visitas, seja nas associações, seja nas comunidades, e que isso é possível ser feito. já se tentou uma vez na cidade de São Paulo, mas a coisa eu acho que não deu muito certo para o prefeito de plantão porque as coisas ficaram para além do controle dele. E esse professor era chamado professor comunitário, ele foi além das expectativas do que estava sendo posto pela secretaria naquele momento, que era o secretário, se eu não me engano, era o Pinoti, quando veio essa discussão do professor comunitário. E acho que isso é possível. A busca ativa, ela faz sentido se estiver o educador comunitário na rua, articulado com associações, conversando com a comunidade, conversando com os vários atores que estão dentro do território. É isso. **Cleonice** - Olha, o Ricardo, ele me contemplou bastante porque era algo que eu estava aqui também meio angustiada a respeito do tempo, permanência e acesso pensando na escola integral, que da forma que está imposta, não corresponde com as necessidades da comunidade. de determinados territórios, principal porque às vezes o bebê sai às três, então é integral. O que é integral? É para família que está trabalhando e não bate os horários, não conversa esses horários. Quando a gente também pensa no TEG, as crianças acabam tendo seus direitos a permanência reduzida nas unidades, porque o TEG é longe, tem que acabar trazer, sair mais cedo ou traz a criança mais tarde. Isso é um caos também para quem está no chão da unidade, a gente sabe que isso não é fácil. Falta escola, pois não tem escolas suficientes, sendo que algumas possuem muitas falhas de construção. Iniciar terceirizada prejudica a qualidade e o início de funcionamento de determinados prédios, de determinados equipamentos. Isso é um problema. Mas, falando do integral, principalmente quando vai reduzindo o número de professores efetivos, a gente está vendo aí um boom no estado terrível. Então isso mexe com o território como um todo. Temos que rever essa questão, pois não adianta falar de integral se não conversar com os equipamentos, com as associações de bairro, se não conversar com o território. É preciso entender esse espaço, como Milton Santos coloca: a questão do lugar, do território, desse espaço, de uma forma que tem ali a produção do periférico, dos movimentos, porque senão fica descolado, continua sendo algo burocrático para dizer: estamos atendendo, estamos fazendo, mas a gente acaba deixando os nossos adolescentes, as nossas crianças mais desprotegidas, chegando cedo nas casas, 4 horas, na mão do vizinho, na mão não sei de quem. Pois, de manhã sabemos que vindo de muito longe no transporte a criança já chega passando mal, com labirinto. Na CONAE foi colocado principalmente das crianças com deficiência essa questão do tempo dentro do transporte. Então, falta unidades escolares de qualidade também. **Maciel** - Ainda temos mais um eixo que é Aprendizagens, e pelo adiantado da hora, proponho fazer ao menos

a leitura, para não desvincular dos debates anteriores nesta noite. **Eixo V - Aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio**. Objetivo 5. Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio em todas as modalidades educacionais, com redução de desigualdades e inclusão. 5A. Assegurar o nível adequado de aprendizagem ao final dos anos iniciais do ensino fundamental para no mínimo, 70% dos estudantes até o 5º ano de vigência deste plano nacional de educação e para todos até o final do decênio. 5B, assegurar o nível adequado de aprendizagem ao final dos anos finais do ensino fundamental para no mínimo, 65% dos estudantes até o 5º ano de vigência deste plano e para todos até o final do decênio. 5C reduzir as desigualdades de aprendizagem do ensino fundamental entre grupos sociais definidos por raça, sexo, nível socioeconômico e região, de modo que até o final da vigência deste plano, a razão dos resultados entre os grupos individualmente considerados seja igual ou superior a 90%. 5D. Assegurar o nível adequado de aprendizagem ao final do ensino médio para no mínimo, 60% dos estudantes até o 5º ano de vigência deste plano e para todos até o final do decênio. 5E. Reduzir as desigualdades e aprendizagem do ensino médio entre os grupos sociais definidos por raça, sexo, nível socioeconômico e região, de modo que até o fim de vigência deste plano, a razão dos resultados entre os grupos individualmente considerados seja igual ou superior a 90%. Estratégias 5.1 revisar em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios. ABNCC, conforme previsão da resolução CNE CP número 2 de 22 de dezembro de 2017 e da resolução CNECP número 4, 17 de dezembro de 2018, ambas do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, a fim de aperfeiçoar os currículos estaduais e municipais do ensino fundamental. e do ensino médio. Consideradas as especificidades dos estudantes e dos territórios, além dos resultados de avaliação e monitoramento da implementação dos currículos. 5.2 Institucionalizar a política nacional do ensino médio que incentive práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares em atenção aos regramentos estabelecidos na lei número 9394 de 20 de dezembro de 96 aos princípios direitos de aprendizagens da BNCC, as partes diversificadas e instituídas no âmbito de cada sistema de ensino, as especificidades das modalidades de ensino e das identidades culturais e saberes das diferentes comunidades e povos e as necessidades e expectativas de desenvolvimento dos estudantes em relação à continuidade dos estudos na educação superior, na educação profissional e tecnológica ou a entrada no mundo do trabalho. 5.3 assegurar a implementação das diretrizes curriculares de educação para as relações étnico-raciais. da educação e direitos humanos e da educação ambiental, nos termos da lei 10 639 de 9 de janeiro 2003 da resolução CNE CP número 1 de 30 de maio de 2012 e da resolução número 2 de 15 de junho de 2012, ambas do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, respectivamente e em consonância com as abordagens dos temas transversais da BNCC. 5.4, apoiar a aprendizagem dos estudantes indígenas quilombolas do campo e com deficiência, com a produção de materiais didáticos específicos e o desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem as identidades e especificidades destas comunidades. 5.5. aprimorar e tornar sensitários instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e do ensino médio, inclusive para as turmas multiseriadas, de modo a ampliar os componentes curriculares avaliados, considerando especificidades do público-alvo da educação especial e da educação bilingue de surdos. 5.6. divulgar bienalmente os resultados de aprendizagem e os indicadores educacionais do SAEB, relativo às escolas, às redes públicas de educação

básica e aos sistemas de ensino, assegurada a contextualização de indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico, de raça, de sexo e de região. 5.7, Sete, elaborar índice para avaliação de qualidade da educação básica que que agregue indicadores como desempenho e fluxo escolar. 5.8. aperfeiçoar os processos de avaliação e apropriação dos resultados educacionais pelas escolas, considerados níveis alcançados por diferentes grupos sociais para fins da redução das desigualdades existentes e do apoio ao planejamento e à gestão. 5.9, fomentar as avaliações diagnósticas e formativa nas unidades educacionais e nos sistemas de ensino em todos os anos de ensino fundamental e séries do ensino médio, com objetivo de definir estratégias para o desenvolvimento e a recomposição das aprendizagens dos estudantes. 5.10. acompanhar estudantes com rendimento escolar defasado, de forma a ofertar práticas pedagógicas que contribuam para recomposição das de aprendizagens. 5.11 Instituir mecanismo de acompanhamento individualizado de estudantes e políticas educacionais com vistas à redução das desigualdades de aprendizagem, em especial para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas do campo e com deficiência. 5.12. promover políticas de formação inicial e continuada dos professores com vistas ao aumento da proporção de docentes com formação adequada à área de conhecimento e modalidade que lecionam e ao aperfeiçoamento permanente das práticas pedagógicas com foco nos desafios dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. 5.13 13. Promover políticas de formação inicial e continuada de professores com foco em experiências pedagógicas efetivas para atuar em turmas heterogêneas inclusivas em escolas com contexto territoriais, sociais, socioambientais e culturais diversificados. 5.14. Induzir a adoção de incentivos para favorecer a locação de profissionais do magistério experientes e qualificado em escolas localizadas em contexto de vulnerabilidade socioeconômica. 5.15. Fortalecer a capacidade técnica e administrativa da Secretaria de Educação para promover o apoio pedagógico e de gestão às escolas. 5.16. disponibilizar sistema multidimensional de gestão escolar que viabilize apoio técnico e financeiro de modo a fortalecer o processo de investigação e planejamento com foco na aprendizagem, assim como o efetivo desenvolvimento da gestão pedagógica. 5.17, incentivar o fortalecimento da relação escola família, em especial a participação dos pais ou responsáveis no desenvolvimento das atividades escolares dos estudantes, com vistas à melhoria do clima, da convivência escolar e da aprendizagem. 5.18. Promover a articulação das políticas e dos programas de educação de âmbito local e nacional com saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, de modo a possibilitar a criação da de rede de apoio integral aos estudantes e à suas famílias. 5.19 Promover em consonas com as diretrizes do PNL iniciativas escolares estruturadas de formação de leitores e leitoras no ensino fundamental e no ensino médio. **Maciel -** Esse eixo é o que possui o maior número de estratégias a serem demandadas e são bastante amplas em vários aspectos. A ideia é que a gente possa iniciar na próxima reunião com esse tema, fazendo o debate, a discussão. Não pode nem comentar, já que temos apenas 10 minutos. Então lição de casa, todo mundo aprimorar a leitura, anotar, verificar e iniciamos assim no mês que vem. Quero agradecer a participação da Lucimeire, pois não é fácil fazer esse levantamento. Nossa próxima pauta são informes. **Ana Regina** - Boa noite a todas as pessoas presentes. Eu sou a professora Ana Regina, atualmente sou formadora na divisão pedagógica da DRE IQ e pertenço também ao Erer - Educação para as relações étnico-raciais e hoje a gente está trazendo o protocolo de prevenção e

enfrentamento ao racismo e xenofobia. E gostaria de participar o fórum de que já estamos fazendo algumas formações em alguns CRECES, alguns conselhos de escola e gostaríamos de pedir licença, não é, para também divulgar aqui no Fórum Municipal este protocolo. É um detalhamento maior. A Lucimeire tá aí, e é a pessoa muito competente da secretaria, que lutou muito, desde quando foi diretora regional, aliás, quando foi supervisora, depois como diretora regional e agora lá na condição de diretora da COPED. a importância desse documento, inclusive para nos direcionar em algumas estratégias relativas a permanência e percurso. Hoje a gente nem fala de trajetória, a gente fala de percurso que esse estudante, que essa estudante tem na rede, nas redes, educacionais. Uma coisa que eu sinto aqui, para alertar, em alguns momentos nós eh nos referimos a gênero, sexo, gênero. Em alguns momentos, a gente dos próprios responsáveis, das crianças, tentar fazer esse diálogo, tentar fazer uma campanha, né? E a gente tem acesso então a nesse momento ao protocolo e que achamos que é muito bem-vindo e precisamos conhecê-lo, divulgá-lo, debatê-lo. Acho que é importante que ele chegue à rede, seja assumido pela rede. A partir do que ele propõe, que é exatamente criar um espaço de debate, de discussão sobre esse processo, da forma como ele vem sendo estabelecido num crescente, o que nos faz pensar em tomar algumas atitudes, algumas ações que venham a coibir, né, e que venham trazer a escola como espaço de paz, como espaço de alegria, como espaço de construção de produção cultural, e não de situações que venham, de certa forma a trazer aí algumas questões que nos coloca a escola como um espaço não só a escola, quando eu falo escola, falo o profissional que tá dentro da escola com um pé atrás. traz em relação inclusive a desenvolver propostas de pedagógicas étnico-raciais. O diálogo com a família precisa acontecer de alguma forma e de forma cada vez maior para poder tocar esses processos. **Cleonice -** Diante da pandemia que a gente tem aí de feminicídio e tantas violências contra mulheres, principalmente crianças, jovens, queremos convidar a participarem da manifestação no dia 8 de março, domingo, às 14 horas, em frente ao MASP. Depois posso colocar o o card no grupo para colaborar. E aí eu queria fazer duas perguntas. A primeira é que assim, na última reunião que teve a presença do secretário Samuel, quem estava online não conseguiu fazer perguntas e aí eu gostaria de saber se não teria essa possibilidade de abrir para quem está acompanhando a reunião online, porque assim, eu quase morri, eu e outras pessoas também, porque assim, era cada barbaridade, mas tudo bem. E a outra questão perguntar para vocês, porque há uns dois anos atrás, me parece que vocês esqueceram da data, alguma coisa assim, quando vai ser a eleição para o fórum, que se eu não me engano era abril, né? Não sei se está assim no regimento, que era de dois em dois anos e aí eu acho que vence em abril. Obrigada. **Maciel –** Rapidamente, a página do YouTube que transmite é o da Câmara Municipal, a gente não tem acesso. Eu nem sei se a gente consegue se manifestar pelo site fechado, porque é da Câmara Municipal, então não ficamos atentos até porque não tem como a gente prestar atenção no movimento que ocorre aqui, lá, e no WhatsApp. A gente precisa ter bastante essa definição de que eu estou acompanhando que vocês estão debatendo pelo YouTube. Em caso de necessidade de votação, por exemplo, seria bem difícil. São duas coisas diferentes. É acompanhar pelo YouTube e a reunião que a gente cria o link, a gente manda, aí seria uma reunião híbrida. A pergunta que a Luci fez se não pode ser híbrida. Na verdade, eu creio que a gente vai entrar no movimento agora de ter várias vários debates e várias discussões, inclusive relacionando a questão das câmaras técnicas. Essa sim eu acho que a gente não vai conseguir mobilizar a cidade para garantir

que as pessoas estejam presentes por conta da mobilidade. Mas a reunião mensal a gente já votou inclusive lá atrás que ela precisa ser presencial. Quanto ao processo eleitoral, obrigado por lembrar, não estava nem passando pela minha cabeça essa questão. Eu preciso dar uma olhada, nós precisamos dar uma olhada no regimento. Vocês também têm acesso ao regimento. Quem não tem pode pedir que encaminhamos. Vamos verificar e já na próxima reunião traremos a metodologia, caso seja agora o processo eleitoral. **Felipe** - Muito importante a gente somar no 8 de março, fazer um 8 de março grande aqui em São Paulo, que é referência para o Brasil inteiro. O segundo convite é nesse sentido da gente somar forças no dia 6 agora na sexta-feira, estava participando um pouco antes e da reunião de organização, um pouco antes de começar a nossa reunião, a APEOESP vai fazer um uma assembleia deles, enfim, das questões da categoria. Na sequência tem um ato que é chamado Grito da Educação, que é formado por várias entidades dos sindicatos, enfim. E na sequência vai ter esse ato vai se deslocar até a Praça da República, onde vai ter um ato cultural depois às 18:30. Mas é um convite que eu faço para todas as entidades. Acho que é importante, independente se nós somos dos municipais ou dos estaduais, enfim, mas acho muito importante, ainda mais considerando governador Tarcísio, o prefeito Ricardo Nunes, enfim, acho muito importante que a gente some forças para denunciar esses arroubos, esses abusos que têm sido feitos na educação pública. Acho que nós temos um momento muito delicado aqui no estado de São Paulo, que também reflete na municipalidade, enfim, esse projeto que nós temos denunciado e, enfim, tentado combater da terceirização das escolas, como tem sido feito, como Tarcísio impôs inclusive com bomba, como o Tarcísio sinalizou inclusive de da venda das escolas, depois a gestão de escolas já prontas, o prefeito agora fala em construir escolas e passar tudo para a iniciativa privada ser a menor discussão que foi o tema da reunião passada, acho que é um tema inclusive que a gente deve retomar aqui nesse fórum e acho que a gente tem que, enfim, somar força nesses movimentos, nesses espaços de denúncia. Nós, enquanto defendemos uma educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, não podemos deixar que o governador, que o prefeito, enfim, use esses espaços, agora mais pensando nas eleições, que use como plataforma a venda das escolas, a precarização de serviços públicos e a destruição da carreira dos trabalhadores, seja os professores, técnicos administrativos, enfim, da educação pública. Então, nesse sentido. Externo convite que foi feito para nós, o nosso sindicato, a gente passa para vocês também aqui do fórum, gostaria que as outras entidades estivessem presentes nas no dia 6, para que a gente possa aproveitar esse espaço para denunciar coletivamente. E no dia 20 de março, as centrais sindicais estão construindo com servidores públicos estaduais um ato aqui na capital também para denunciar a precarização que o Tarcísio tem imposto aos serviços públicos, seja a educação, seja o transporte, seja a água, enfim, e a justiça também a saúde. Acho que não podemos deixar passar esses momentos coletivos de denúncia, de unir forças, enfim, mostrar para a população de São Paulo, que nós não somos só servidores públicos, mas nós somos garantidores dos direitos públicos da população de São Paulo, do estado e do município. Então, é um convite que eu faço para todas as entidades no dia 6, depois eu também encaminho o Card, e no dia 20, assim que define o local também, embora seja uma questão dos funcionários públicos estaduais, eu acho que é o momento que aqui em São Paulo a gente não pode se furtar de estar presente, de denunciar e de somar forças nesse ano tão importante. **Maciel** - Só trazer o informe de que está aberta a campanha salarial de 2026, os servidores públicos municipais de

São Paulo. Estamos chamando um ato no dia 16 em frente ao gabinete do prefeito. Na parte da tarde vamos ser recebidos pela gestão para dar início à discussão da nossa pauta de reivindicações, que não é muito diferente da pauta do ano passado, até porque pouco, né, se avançou da pauta da campanha salarial do ano passado para essa. Então, dia 16 da tarde, estaremos em frente ao gabinete do prefeito, fazendo a discussão, apresentando a pauta, discutindo com o governo a pauta e trazendo resultados para o processo. Deixar aqui o convite para quem está nos acompanhando e quem está aqui com a gente. Alexandre, Gab Ver Ananias - Parabéns aí por todo o grupo e informar que tem um PL tramitando na casa, depois eu coloco o link lá no grupo, que prevê para além da SME, para todo o funcionarismo público também um protocolo de prevenção contra o racismo e a xenofobia está tramitando aqui na casa. O informe original é que por falar em casa e por falar em racismo, no dia 17 agora de março, a gente enfim vai instalar a Frente Parlamentar Antirracista, foi aprovada e final de outubro do ano passado e a gente vai fazer essa atuação mesmo para iniciar os trabalhos. Então, até o momento a gente tem oito parlamentares que toparam, espero que até lá a gente possa ter mais adesões. É isso. **Djalma, FETAM -** Só um convite para finalizar com relação ao 8 de março mesmo, porque se nós queremos mulheres vivas, as mulheres têm que ter qualidade de vida. Então nós temos que falar também contra o fim dessa jornada escravocrata do 6x1, que tem feito tanto mal as famílias, sobretudo porque muitas mulheres estão reclamando pela falta de tempo de estar em casa, muitas vezes com os filhos, com suas famílias. E o convite é que estaremos lá com um bloco do nosso coletivo animará esse 8 de março. Não precisa saber batucar, não precisa saber fazer nada, chega no bloco que as mulheres lá vão ensinar, vão ajudar e todo mundo junto fazer um grande barulho para que as mulheres possam ficar cada vez mais vivas. É isso aí, muito obrigado e a 8 de março estaremos todos juntos lá. Não tendo mais nada a tratar, finalizada a reunião com chamado para a reunião de abril, que será no dia 07. Segue a ATA lavrada por mim, Maciel Nascimento – Coordenador da Comissão de Monitoramento e Sistematização do FMESP.